

# \_comunica



## Parmis

PLANO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DA  
MITIGAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS



A equipe técnica do Laboratório Interdisciplinar Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade - MARÉSS / FURG, por intermédio do Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais (PARMIS) tem a satisfação de apresentar a quarta edição de coletânea de oito boletins informativos. O "Comunica PARMIS" é uma novidade dinâmica de informação, criada com o objetivo de nos aproximar ainda mais da sociedade e divulgar, a cada dois meses, ações e resultados do Projeto PARMIS. Tenha uma ótima leitura!

# Boletim 4

Outubro 2023



# **\_comunica PARMIS**

Relações entre participação e cidadania.

Boletim 4







UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE FURG

Reitor

DANILO GIROLDO

Vice-Reitor

RENATO DURO DIAS

Chefe do Gabinete do Reitor

JACIRA CRISTIANE PRADO DA SILVA

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

DIEGO D`ÁVILA DA ROSA

Pró-Reitor de Infraestrutura

RAFAEL GONZALES ROCHA

Pró-Reitora de Graduação

SIBELE DA ROCHA MARTINS

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

LUCIA DE FÁTIMA SOCOOWSKI DE ANELLO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDUARDO RESENDE SECCHI

Pró-Reitora de Inovação e Tecnologia da Informação

DANÚBIA BUENO ESPÍNDOLA

# **\_comunica PARMIS**

## Relações entre participação e cidadania.

### Boletim 4

## **Expediente**

Coordenação Geral:

Tatiana Walter

Editoria de Conteúdo:

Bianca Caetano

Fabiane Fagundes da Fonseca

Juliana Hubner

Luceni Hellebrandt

Maryanna Oliveira Pozenato

Natália Barreto Gonçalves da Rosa

Tatiana Walter

Editoria Gráfica:

Cristiane Netto Costa

Franciely Ledesma

Giovani Hober Ghiggi

Leon Gonçalves

Lucas Lins

Vania Pierozan

Seleção de acervo:

Venine Oliveira dos Santos

Fabiane Fagundes da Fonseca  
Natália Barreto Gonçalves da Rosa  
Maryanna Oliveira Pozenato  
Bianca Caetano  
Vania Pierozan  
(organizadoras)

# **\_comunica PARMIS**

Relações entre participação e cidadania.

**Boletim 4**



Rio Grande  
2023

© Fabiane Fagundes da Fonseca, Natália Barreto Rosa, Maryanna Oliveira Pozenato, Bianca Caetano, Vania Pierozan 2023

Design de Capa e Projeto Gráfico: Vania Pierozan

Ilustrações: Vania Pierozan, Lucas Lins e Giovani Hober Ghiggi

Revisão: Tatiana Walter, Patrícia Tometich, Cristiane Netto Costa

### Ficha catalográfica

C741 \_ comunica PARMIS: relações entre participação e cidadania: Boletim 4 [Recurso Eletrônico] / Organizadoras Fabiane Fagundes da Fonseca... [et al.]. – Rio Grande, RS : Ed. da FURG, 2023.

32 p. : il. color.

Outras Organizadoras: Natália Barreto Gonçalves da Rosa, Maryanna Oliveira Pozenato, Bianca Caetano, Vania Pierozan.

Forma variante título: Comunica PARMIS: Relações entre participação e cidadania: Boletim 4

Modo de acesso: <http://repositorio.furg.br>

ISBN 978-65-5754-204-0 (eletrônico)

1. Cidadania 2. Participação Social 3. Movimentos Sociais 4. Democracia I. Fonseca, Fabiane Fagundes da II. Rosa, Natália Barreto Gonçalves da III. Pozenato, Maryanna Oliveira IV. Caetano, Bianca V. Pierozan, Vania VI. Título.

CDU 316.35

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos – CRB10/2344

Os textos publicados neste boletim - no que se refere ao conteúdo, à correção ortográfica e linguística e ao estilo - são de inteira responsabilidade dos respectivos autores.

## \_editorial

Na edição anterior abordamos os fatores que levam à maior vulnerabilização dos(as) sujeitos(as) aos impactos socioambientais, e de que forma os Projetos de Educação Ambiental (PEA) atuam para minimizá-los. Também já abordamos, no 2º Comunica PARMIS, sobre a contribuição dos PEA na mitigação de impactos socioambientais. Em ambos, observamos que uma das ações recorrentes dos PEA é o apoio à participação dos grupos sociais vulnerabilizados socioambientalmente em espaços de poder e decisão da gestão pública. Nesta edição apresentaremos as relações entre cidadania, participação, e como os PEA têm atuado na promoção da participação dos grupos sociais em processos decisórios sobre temas de interesse dos sujeitos e que, concretamente, contribuem tanto à mitigação de impactos como para a diminuição dos processos de vulnerabilização.



## \_O que é participar?

Pode-se dizer que participar é envolver as pessoas em temas de interesse coletivo para que elas decidam sobre eles. Assim, a participação ocorre quando um grupo de pessoas se reúne em torno de uma pauta, podendo ser em nível comunitário ou institucional, com a intenção de decidir sobre ela. Considerando que, na Constituição Federal, a participação é um direito, dizemos que esta é uma forma de exercer a cidadania. Nos PEA, o estímulo ao exercício da cidadania é fundamental, pois os problemas e conflitos ambientais só podem ser resolvidos se tratados a partir do coletivo, e não individualmente. Assim, quando uma entidade ou pessoa participa de uma reunião comunitária ou ocupa um assento em um conselho, suas ações devem ser condizentes com a pauta do coletivo, ou seja, do grupo social que ela integra e representa.



**Para saber mais:**

**O exercício  
da cidadania ambiental e  
dos direitos humanos.**





## **Breve história da participação social brasileira**

Para entendermos melhor esta temática, vamos tratar da história recente da participação no Brasil, para que possamos pensar nos seus desafios, potenciais e limites no contexto da gestão ambiental pública.

Falar em participação está relacionado à democratização da sociedade brasileira, pois as decisões sobre o funcionamento do país, ao invés de estarem centralizadas no Estado, passam a ser compartilhadas com a sociedade civil. Mas, existem diferentes tipos, formas e graus de participação. Vamos conhecer um pouco mais sobre eles?



## \_Processos de participação social no Brasil

Os movimentos sociais estiveram sempre presentes na história do Brasil, alguns com pautas bastante específicas, envolvendo grupos que lutavam por direitos trabalhistas e estudantis, outros mais abrangentes, que se colocavam contra os governos e em defesa de políticas públicas. Este processo de participação é contínuo e marcado por lutas sociais.

Podemos falar em três marcos históricos da participação no Brasil: antes, durante e depois da ditadura militar. Os movimentos sociais até o período da Ditadura Militar tiveram participação popular expressiva, por meio de sindicatos e organizações estudantis. Entre as décadas de 1910 até 1945, aconteceram manifestações de rua que reivindicavam direitos, como melhores condições de trabalho e acesso à educação, saúde e saneamento básico para a população brasileira.





## **\_Participação durante a ditadura militar**

Com o início do regime autoritário em 1964, devido ao golpe militar, houve a perseguição às pessoas contrárias ao governo, ou seja à ditadura. Assim, a participação social teve caráter cívico, como por exemplo, medidas pontuais de combate à fome, e não resultaram em poder de decisão ao povo brasileiro.

Apesar da perseguição política promovida pelo Estado, ao longo da década de 1970 e início dos anos de 1980, os grupos sociais mais vulnerabilizados se organizavam em nível comunitário na luta por direitos como saneamento e moradia. Assim, por meio dos movimentos de bairro houve o fortalecimento da sociedade civil para o exercício da democracia direta. Esse período foi importante na construção de um movimento por eleições diretas, conhecido como "Diretas Já" e pela elaboração de uma nova Constituição Federal, publicada em 1988, que ficou conhecida como "Constituição Cidadã".



Para saber mais:  
**Memorial da Democracia**



## Retomada da democratização no Brasil

Durante a década de 1980 houve o crescimento dos movimentos populares e instrumentos coletivos de defesa de direitos, como os sindicatos de lutas em diferentes segmentos: luta pela terra e de defesa da natureza, lutas relacionadas à população negra, à defesa da diversidade de gênero e sexualidades, por exemplo. Com isso, aumentou a demanda pela participação popular nas tomadas de decisões e formulação de políticas públicas.

A partir de 1988, a Constituição Federal assegurou direitos à população relacionados à saúde, educação, meio ambiente, direitos humanos, entre outros temas. Além disso, os diversos movimentos que contribuíram na construção dessa Constituição Federal estabeleceram a participação social como um de seus pilares para atuar junto da criação e implementação de políticas públicas.

A participação institucionalizada, por meio de vagas em conselhos e conferências, foi vista como um caminho para atender às reivindicações da população.

Para saber mais:

Cartilha “Conhecendo a Constituição Federal

PEA Territórios do Petróleo



## \_Constituição Federal e Cidadania

No contexto da criação da Constituição Federal, o tema "cidadania" se associou à ideia de participação social, englobando a sociedade em geral, sem enfoque específico na participação de grupos populares. Por outro lado, movimentos populares, como o MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, se tornaram maiores e passaram a influenciar mais a agenda política. No mesmo sentido de movimentos de base, e também nesse período, o Movimento dos Seringueiros foi responsável por trazer para o debate público a preocupação com a proteção do meio ambiente aliada à garantia do direito de acesso e permanência nos territórios tradicionais.

Desde os anos 2000 foi intensificada a participação social, em especial durante o período de 2003 à 2013, quando diversos mecanismos de participação foram fortalecidos pelos governos, como conferências e conselhos, o que resultou em políticas importantes nas áreas da saúde, educação, cultura, meio ambiente e trabalho.



## **\_Um novo retrocesso na participação social no Brasil**

A partir do golpe parlamentar e jurídico ocorrido em 2016, com o impedimento do segundo mandato da então presidenta Dilma Rousseff, a participação social foi sendo diminuída pelos governos seguintes. Somente a partir de 2023, vêm sendo retomados os instrumentos de gestão participativa. Porém, vale ressaltar que nem sempre a participação por meio de uma vaga em conselho ou fórum garante o encaminhamento das demandas do grupo que ela representa, resultando em uma participação não efetiva. A democracia e a participação social precisam estar sempre sob vigilância, pois como vimos, conforme a situação política muda, temos mais ou menos oportunidades para o exercício da cidadania.



Para saber mais:

**Mapa da Participação  
Política e Social**





## \_Qual a diferença entre participação social e participação popular?

Participação social e participação popular são facilmente confundidas, porém, elas apresentam significados diferentes. Ambas têm o potencial de fortalecer a cidadania, contribuir para uma melhor atuação do poder público, e promover a democracia. Porém, a participação popular pauta também a necessidade de envolver os grupos em situação de maior vulnerabilidade social, política, econômica e ambiental nos processos decisórios, para que possam intervir e defender seus interesses coletivos. A participação popular é uma conquista que busca a transformação social, pois, historicamente, algumas camadas da sociedade, como pessoas pobres, mulheres, negros (as), pessoas com deficiência e jovens são excluídas dos espaços de poder. Já nas decisões sobre o meio ambiente, é comum que aqueles que sofreram com as decisões e com os impactos negativos fiquem “de fora”, exatamente aqueles grupos que são vulnerabilizados socioambientalmente.



Para saber mais:  
**Apostila “Participação  
Popular na Política  
Ambiental Municipal”**



## Níveis de participação

Após conhecermos como tem sido a participação ao longo da história do país, vamos comentar sobre os seus níveis, pois as pessoas podem usar este termo para falar de processos diferentes. Ou seja, para alguns, participar envolve apenas informar algo que já está decidido. Para outros, envolve ouvir, mas não fazer nada e, em alguns casos, a participação envolve a decisão pelos grupos populares, ainda que dentro de regras estabelecidas pelas instituições, como são as leis. Estes níveis de participação são observados também na legislação e na política pública, quando tem-se uma audiência pública (apenas ouvir, ou seja, consultar) ou um conselho deliberativo, em que os conselheiros (as) decidem. Assim, percebemos que estamos falando de níveis distintos de participação, conforme esquema apresentado em seguida.



Como vocês podem ver, a figura inicia pela "não participação", ou seja, quando ela não ocorre de forma alguma, e vai até o "controle social", em que a participação é plena.



**Não Participação**  
Concentração do poder e das informações.



**Participação Parcial**  
Consulta, recomendação, negociação.



**Participação Plena**  
Formulação das políticas públicas.



Em menores níveis de participação (pseudoparticipação) os(as) tomadores(as) de decisão detém todo o poder e apenas informam à sociedade civil, em alguns casos até mesmo manipulando as informações divulgadas. Em níveis médios (participação parcial) são oferecidos meios de participação, como a consulta, mas não é garantido que as decisões coletivas sejam levadas em consideração na gestão pública. Já em níveis mais altos de participação (participação total), as pessoas têm poder de negociação com os(as) tomadores(as) de decisão, possuindo maior influência na gestão do Estado. Por fim, no "controle social", que será detalhado mais adiante, as pessoas participam da formulação das políticas públicas e possuem controle sobre elas.

**Controle social**  
Atuação direta

**Participação total**

Gestão compartilhada, delegação de poder, parceria

**Participação parcial**

Consulta, recomendação, negociação

**Pseudoparticipação**

Manipulação, reação, informação

**Não participação**

Não há nenhum tipo de participação

## **\_O que é necessário para a participação acontecer?**

Independente da intenção dos tomadores de decisão em promover a participação, é importante comentar que há uma série de condições para que ela aconteça.

Além de existirem, os espaços participativos precisam ser democráticos e acessíveis, ou seja, o horário, a localização e a linguagem utilizada, por exemplo, são fatores determinantes para a participação das camadas populares.

Além disso, o acesso pleno às informações, em formato e linguagem acessíveis, são essenciais para que as pessoas tenham conhecimento dos temas em debate e, assim, possam contribuir a partir de seus “lugares de fala”.

Por fim, é fundamental a efetiva implementação das decisões pelo Estado, demonstrando que a participação da sociedade civil, de fato, é considerada nos rumos do país.

Estas questões resultam em uma série de ritos administrativos que, por vezes, envolvem a formalização dos grupos sociais em torno de organizações (associações, sindicatos, colônias de pescadores e pescadoras), dentre outros aspectos.



## \_Qual a relação entre controle social e participação?

O controle social - ou controle cidadão - é um nível elevado de participação, onde a sociedade consegue intervir concretamente nas tomadas de decisão da gestão pública. Por meio dele se busca garantir o envolvimento dos grupos populares na formulação, gestão e controle de políticas públicas, e na definição de como serão aplicados os recursos para atender os interesses da população.

Como vimos, ao longo da história, o Estado modifica os instrumentos de controle social, a depender do regime político, conjuntura política, entre outros fatores, o que influencia no nível de controle democrático realizado pela sociedade civil. Ademais, apesar da informação em si não ser suficiente para promover a participação, o acesso a ela, subsidiada por informações técnicas acessíveis a todos, é essência.



## \_Quais são os espaços de participação atualmente?

Existem diversos espaços de participação, como audiências públicas, conselhos, comitês, conferências e fóruns. Eles podem ter competência local, municipal, estadual, federal e até mesmo internacional, e tratam de múltiplas temáticas, como meio ambiente, saúde, educação, segurança, juventude, mobilidade e cultura.

Para garantir que espaços de participação cumpram com seu objetivo e tenham representatividade dos diferentes grupos sociais, é preciso compromisso dos(as) gestores(as) públicos e demais setores da sociedade com a democracia e a descentralização do poder.

Para saber mais:

Apostila "Participação das Mulheres na Política Ambiental"



## \_ Afinal, de qual participação estamos falando?

Conforme vimos, o termo “participação” pode ter diferentes significados, por isso é importante saber qual tipo é desejado na gestão pública e para qual os PEA têm contribuído.

Aqui ela é entendida como uma conquista popular e um direito, que precisa ser continuamente garantido, para permitir que os grupos sociais de fato possam atuar nos processos decisórios sobre o ambiente e seus territórios.

Para isso, é fundamental a inclusão dos grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade, já que são os mais afetados pelos impactos socioambientais da cadeia produtiva de petróleo e gás, e possuem menor poder de influência nas decisões do Estado. Além disso, mesmo quando conseguem ocupar espaços de decisão, nem sempre conseguem denunciar, demandar e encaminhar soluções para problemas e conflitos que vivenciam.

**Para saber mais:**

3º Boletim PARMIS  
Vulnerabilidade  
Socioambiental



## \_O papel dos PEA no incentivo à cidadania

O incentivo à cidadania por parte dos PEA é um processo que costuma ser longo e permanente. Ele ocorre por meio de distintas ações que vão desde o reconhecimento de um grupo enquanto sujeitos (as) de direitos, sua formalização em torno de uma entidade, a conquista de assentos em espaços de gestão pública; até o encaminhamento e implementação de suas demandas, que é a finalidade da participação.

Vamos conhecer a seguir algumas das dimensões em que os PEA contribuem no incentivo à cidadania:

- Formalização e regularização de entidades representativas dos(as) SAE;
- Acesso a espaços de participação;
- Acesso a direitos e políticas públicas;
- Articulação com Movimentos Sociais.

*"Através do projeto, eu aprendi a exercer minha cidadania, que eu também não sabia como se fazia isso. Eu ficava revoltada da vida com as coisas erradas que a gente via, e através dos projetos a gente foi aprendendo a exercer a nossa cidadania, a reivindicar nossos direitos como cidadão [...]"*

Mulher, 35 anos, branca, mobilizadora do PEA





## \_Os Projetos de Educação Ambiental (PEA) e a cidadania

E de que forma os PEA contribuem para os grupos sociais exercerem a cidadania?

Como vimos, a participação não é algo dado, permanente e estático. Ao contrário disso, ela precisa ser sempre conquistada. Participar não é algo que a pessoa nasce sabendo fazer, ela é aprendida e vai se aperfeiçoando com a prática.

A Educação Ambiental no processo de Gestão Ambiental realizada pelos PEA busca a mitigação dos impactos socioambientais por meio do incentivo à participação coletiva e permanente na gestão da qualidade e do uso do meio ambiente, com o controle social da elaboração e execução de políticas públicas relacionadas à incidência de impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás nos territórios.

Para saber mais:

"A história dos PEAs"  
(Walter et al, 2021)





## \_Formalização e regularização de entidades representativas dos SAE

Considerando a importância do coletivo para a participação social qualificada e controle social, os PEA têm contribuído para a criação, regularização e/ou estruturação física de entidades representativas dos(as) grupos sociais com quem atuam, em nível municipal, estadual e regional. Somente em nível municipal foram 52 contribuições<sup>1</sup>, com relação à entidades representativas, sendo que uma mesma entidade pode ter sido criada, regularizada e estruturada a partir da contribuição dos PEA.

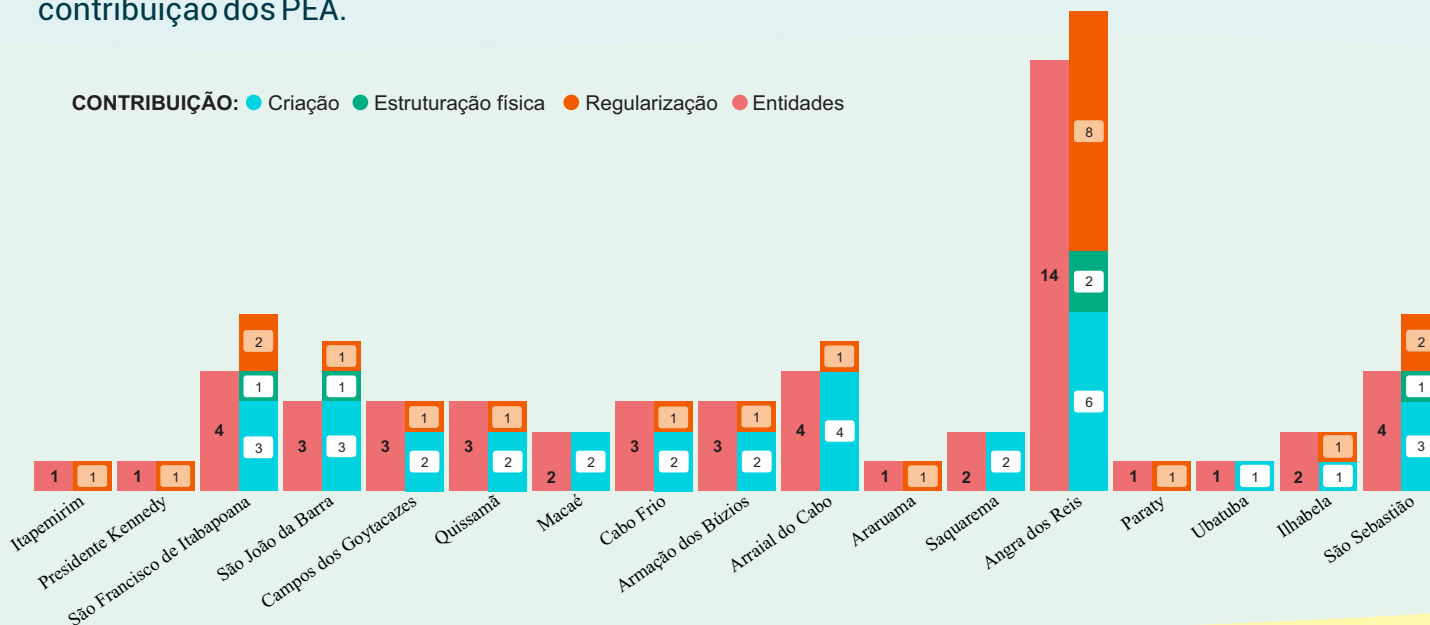


Figura 1: Número de contribuições dos PEA na criação/estruturação física/regularização de entidades representativas por município.

<sup>1</sup> Os dados apresentados neste boletim correspondem aos oito PEA que integram o recorte do PARMIS e são referentes ao período entre 2010 e 2021.

A partir das entidades representativas, os(as) grupos conquistaram, por exemplo:

- Reconhecimento da entidade pela comunidade e pelo poder público municipal;
- Conquista de terreno para implementação de projetos de geração de trabalho e renda;
- Intervenção política em Comitê de Bacias e em uma empresa de saneamento básico para tratar da poluição de uma lagoa;
- Diálogo e parcerias com o poder público municipal;
- Inserção de pautas das mulheres em atividades e ações de políticas públicas municipais.

## \_ Articulação com Movimentos Sociais

Os PEA mantêm articulações com diversos movimentos sociais, o que dá força a esses grupos no debate e reivindicação de pautas relevantes e fortalece suas lutas e a organização social. Ao longo da execução dos PEA, houve cerca de 150 articulações, com 70 movimentos sociais ao longo dos municípios, conforme a figura 2 abaixo:

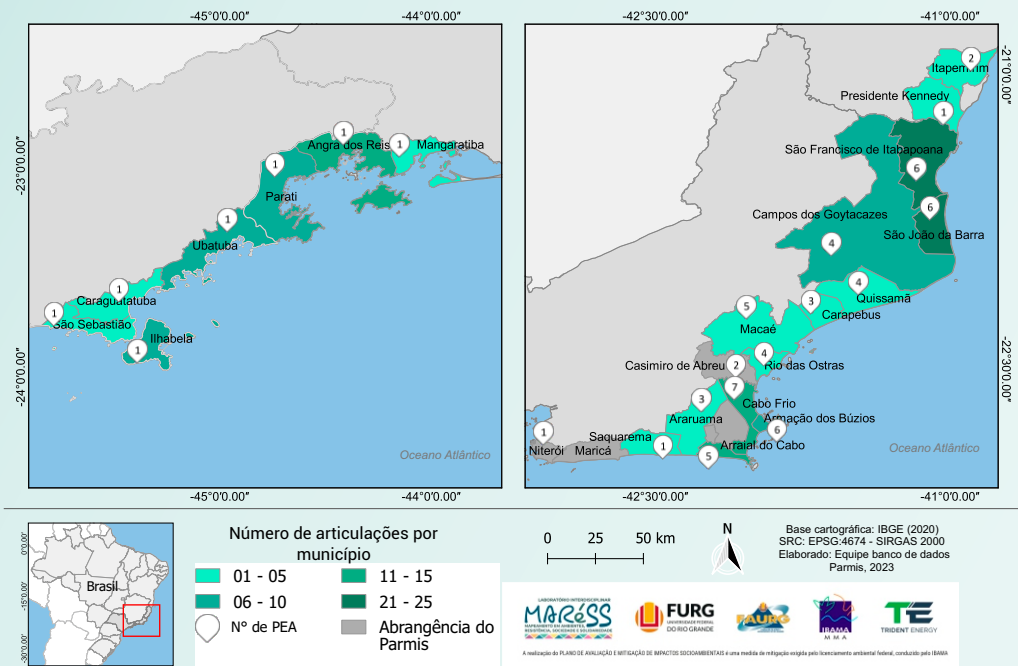


Figura 2: Número de articulação com movimentos sociais por município

## \_acesso a espaços de participação

O acesso a espaços de participação na gestão pública possibilita que os grupos sociais pautem temas de seu interesse, aumentando suas possibilidades de intervenção política. Muitos assentos em espaços participativos foram conquistados a partir do apoio dos PEA. O mapa da página seguinte (figura 3) demonstra as conquistas de assentos em espaços de participação por município, sendo que em alguns municípios há mais PEA atuando, o que potencializa que isso ocorra, seja pelo maior número de SAE, seja pelas próprias articulações entre os PEA. Os municípios em verde mais escuro representam aqueles onde, com apoio dos PEA, foi acessado maior número de assentos.

*"Eu pensava que "faltou dizer isso", aí eu ia e falava. Aí o outro pensava também, ia lá e emendava. Então isso aí é fundamental pra que todas as pessoas participem. (...) Principalmente os pescadores que realmente quer agregar um ao outro, ajudar um ao outro, deve participar. Por que um ajuda o outro na hora de falar, uma vai observando, falta uma pecinha ali que não falou, e vai encorajando o outro. "*

Mulher, 48 anos, branca, pescadora artesanal

*" No momento eu sou movimento social, então a gente luta e a nossa luta é diária, então eu contribuo com o MPA que é o Movimento dos Pequenos Agricultores aqui da região, mas atuo também com o MST, com CPT, Movimento LGBTQI+, a gente vai atuando em todas as frentes. "*

Mulher, 48 anos, branca, professora

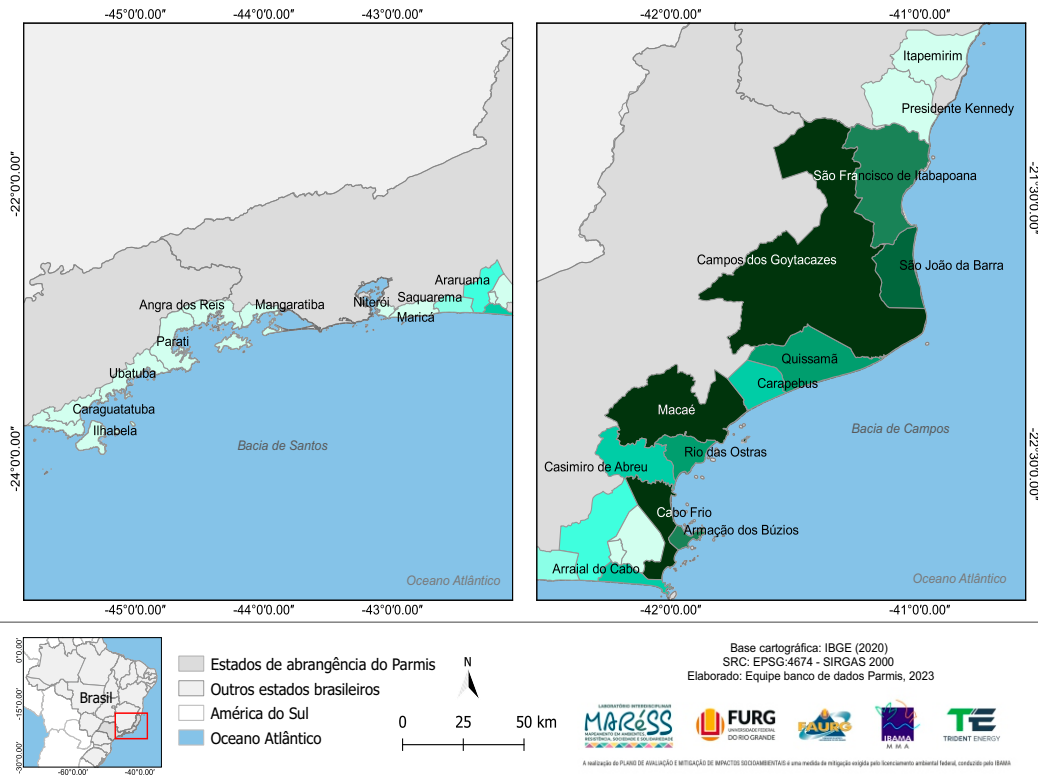


Figura 3: Conquista de assentos nos espaços de participação por município.

Os espaços de participação em nível regional tem os assentos ocupados por representantes dos grupos sociais envolvidos na articulação e organização daquela conquista. Exemplos desses espaços regionais de participação são os da área ambiental, como os Comitês de Bacia Hidrográfica; as Câmaras Municipais, os Conselhos de Unidade de Conservação e os Conselhos Municipais de meio ambiente, saneamento e de pesca.

Para além da área ambiental, também há participação ativa em espaços com os temas de assistência social, direitos das mulheres, educação, cultura, segurança, saúde, juventude e mobilidade.

Os PEA contribuíram para organização de propostas feitas pelos SAE que resultaram em conquistas para os grupos sociais, apoiando o acesso a diversos direitos e políticas públicas, como:

- Política municipal de saneamento básico;
- Revisões, proposições e alterações em plano diretor;
- Criação de grupo de trabalho da pesca em câmara municipal;
- Criação de conselhos e planos municipais;
- Criação de secretaria da pesca;
- Construção de mercado municipal;
- Acionamento e intervenção do Ministério Público;
- Realização de audiências públicas;
- Reestruturação de dique desgastado pela erosão;
- Limpeza de rios, canais, e bueiros;
- Inclusão de pautas no conselho de Unidade de Conservação (UC);
- Negociações sobre regularização fundiária;
- Desmembramento das secretarias de agricultura e pesca;
- Implementação do orçamento participativo municipal;
- Participação na proposição e criação de legislação municipal;
- Criação de autarquia para saneamento básico;
- Arborização municipal;
- Criação de plano municipal de mobilidade urbana;
- Construção de local para embarque e desembarque em margem de rio;
- Contratações, aquisições e melhorias em saúde, educação e transporte, entre outras.

*" Eu também já participei de audiências públicas, sessão da Câmara Municipal."*

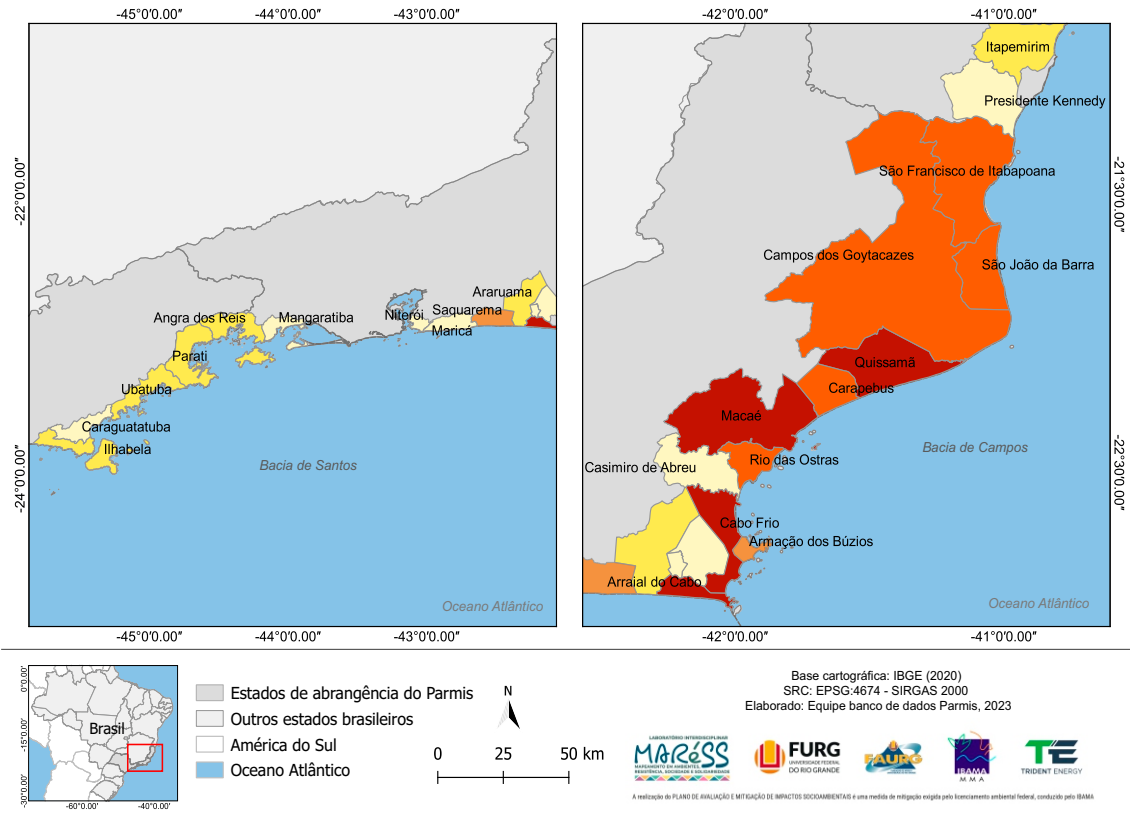
Mulher, 19 anos, parda, professora

*" Atualmente eu estou no conselho do orçamento participativo, já há 4 anos."*

Homem, 80 anos, branco, ex-marinheiro

*" Eu participo do conselho de cultura aqui [no município], sou a titular, representante das comunidades tradicionais, povos de terreiro, caiçaras, quilombolas, pescadores, marisqueiras."*

Mulher, 50 anos negra, quilombola, artesã



No mapa (Figura 4), os municípios que estão representados com a coloração alaranjada mais escura são os que apresentam maiores números de políticas públicas e de direitos conquistados pelos SAE com apoio dos PEA, lembrando que há municípios onde são realizados mais de um PEA.

Figura 4: Acesso à direitos e/ou políticas públicas por município.

## \_ Conclusão



A participação é fruto da luta coletiva ao longo da história, faz parte do exercício da cidadania e por meio dela é possível promover melhorias na qualidade de vida das pessoas. Ao mesmo tempo, a participação social na gestão pública é um direito conquistado pelos brasileiros e brasileiras na Constituição de 1988. Vimos que os PEA desenvolvem diversas ações para fortalecer a participação dos grupos sociais vulnerabilizados socioambientalmente devido aos impactos da indústria petrolífera, envolvendo: disponibilização de informações; desenvolvimento de processos formativos; fortalecimento das organizações sociais e articulação com movimentos sociais. Este conjunto de ações é desenvolvido com intencionalidade pedagógica e almeja o controle social por meio da maior participação dos(as) SAE em espaços decisórios relacionados à suas vidas e territórios, e na construção de políticas públicas. Nessa perspectiva, os PEA contribuem para a mitigação de impactos socioambientais e na diminuição da situação de vulnerabilidade socioambiental.



Acompanhe o nosso conteúdo também nas redes sociais.

  @projetoarmis

Editora e Gráfica da FURG  
Campus Carreiros  
CEP 96203-900  
editora@furg.br



DEMO, P. Participação é conquista. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GOHN, M. G. Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis: Vozes, 2019.

RUIZ BUENDÍA, R. A participação conquistada pelas/os pescadoras/es artesanais por meio da contribuição da educação ambiental no licenciamento de empreendimentos petrolíferos no Brasil. 2020. 163 p. Dissertação (Mestrado em Gerenciamento Costeiro) – Instituto de Oceanografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2020.

UEMA, E. Controle Social, Saber Perito e Participação. In: Loureiro, Carlos Frederico Bernardo (org). Educação Ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento. Secretaria do Meio Ambiente, Instituto do Meio Ambiente – IMA. Salvador, 2009.

WALTER, T.; FISCHER, J.; ROSA, N.; RUIZ BUENDÍA, R. A história dos PEAs: um olhar sobre os projetos de educação ambiental no licenciamento de petróleo e gás. São Lourenço do Sul, RS: Ed. dos Autores, 2021.



ISBN 978-65-5754-204-0



Realização:



**Parmis**  
PLANO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DA  
MITIGAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR  
**MARÉSS**  
MAPEAMENTO EM AMBIENTES,  
RESISTÊNCIA, SOCIEDADE E SOLIDARIEDADE



**FURG**  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE



**TE**  
TRIDENT ENERGY

A realização do Plano de Avaliação e Revisão de Mitigação de Impactos Socioambientais (Parmis) é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA\*.